

O TRABALHO DE NEGROS E ÍNDIOS NA COLÔNIA DO SACRAMENTO

Paulo César Possamai
Doutor em História Social pela USP
Professor do Departamento de História e do PPGH da UFRN
paulopossamai@cchla.ufrn.br

RESUMO:

A Colônia do Sacramento, fundação portuguesa no Rio da Prata, contou com o trabalho de indígenas e negros. Uma vez que a Coroa portuguesa necessitava da aliança dos indígenas que habitavam a região para resistir a uma provável ofensiva espanhola contra o novo estabelecimento, ela impediu a escravização dos mesmos. Os soldados e colonos, porém, trouxeram consigo índios e negros do Brasil para auxiliá-los na construção e manutenção do novo estabelecimento. Contudo, seu papel não se limitou aos trabalhos cotidianos, pois muitas vezes foram forçados a lutar ao lado de seus donos nos constantes conflitos com os espanhóis ao longo da conturbada história da Colônia do Sacramento, um ponto de discórdia entre espanhóis e portugueses na América.

Os Escravos Negros

As referências à presença dos escravos são muitas, porém poucas são as fontes que nos auxiliam a reconstituir convenientemente o seu cotidiano na Colônia do Sacramento. Infelizmente, também contamos com pouquíssimas referências sobre o tráfico de escravos africanos, que deve ter sido intenso entre Colônia e Buenos Aires. As poucas fontes de que dispomos a esse respeito referem-se às apreensões feitas pelos espanhóis de lotes de escravos trazidos ao Rio da Prata pelos portugueses.

Já em 1680, quando da fundação da fortaleza, os portugueses levaram para Sacramento escravos destinados ao comércio, pois, segundo depoimento de um soldado espanhol, o filho do capitão de um navio português ofereceu-lhe dezesseis ou dezessete negros, enquanto que o capelão do mesmo navio queria vender-lhe seis ou oito escravos além de outras mercadorias. Um piloto português que o mesmo conheceu em Buenos Aires disse-lhe ainda que *“trazia seis moleques para vender”*.¹ Alguns anos depois, numa carta datada de 1691, o governador D. Francisco Naper de Lencastre relatava que o número de escravos diminuía sensivelmente em Colônia

¹ Declaração do soldado Fernando Antonio de la Fuente, 11 de fevereiro de 1680, in: *Campaña del Brasil*, tomo 1, p. 134.

devido à venda de muitos deles em Buenos Aires, vendas cujo montante ultrapassava a quantia de vinte mil pesos.²

No Rio da Prata, a economia baseava-se primordialmente na pecuária, atividade que necessitava de pouca mão-de-obra. Portanto, nessa região, os escravos foram preferencialmente utilizados em trabalhos especializados, como artífices, capatazes, cocheiros e em vários serviços domésticos.³ O jesuíta Gaetano Cattaneo escrevia, em 1730, que, em Buenos Aires, os negros faziam os serviços domésticos, trabalhavam nos campos e em outras atividades. Acrescentava ainda que se não houvesse tantos escravos, não se poderia viver nas cidades da região platina, pois, por mais pobres que fossem, os espanhóis negavam-se a trabalhar, enquanto que raros eram os índios que se sujeitavam à *encomienda* ou ao trabalho remunerado.⁴

Para além da cidade, o porto de Buenos Aires também abastecia de escravos um vasto território que compreendia as províncias do interior da atual República Argentina, o Chile, o Paraguai e, principalmente, as regiões mineiras do Alto Peru. Segundo Guilhermino César, nem mesmo a obtenção, pelos ingleses, do contrato de *asiento*, que lhes delegou o monopólio do comércio de negros na América espanhola, conteve o tráfico de escravos efetuado através de Sacramento.⁵ De fato, os diretores do contrato não tardaram a pedir ao governador de Buenos Aires que publicasse um bando ordenando a captura dos escravos contrabandeados pelos portugueses.⁶

Uma das poucas referências que temos sobre o número de escravos contrabandeados data do tempo em que o brigadeiro José da Silva Pais ocupou o cargo de governador interino da Colônia do Sacramento (de 01/06/1744 a 31/05/1745), quando o mesmo introduziu uma taxa de sete mil e quinhentos réis para cada escravo vendido aos espanhóis. O tráfico foi bastante intenso, pois, em dezembro de 1745, a taxa já havia rendido à Fazenda Real a quantia de três contos e duzentos e sessenta e dois mil e quinhentos réis, valores que revelam a venda de 435 escravos, de meados de 1744 ao fim do ano seguinte.⁷

² D. Francisco Naper de Lencastre ao rei, 6 de dezembro de 1691, in: Luis Enrique Azarola Gil, *La Epopeya de Manuel Lobo*, pp. 201-204.

³ Sergio R. Villalobos, *Comércio y Contrabando en el Río de la Plata y Chile*, pp. 32.

⁴ Gaetano Cattaneo a seu irmão, 20 de abril de 1730, in: Lodovico A. Muratori, *Il Cristianesimo Felice nelle Missioni de' Padri della Compagnia di Gesù nel Paraguai*, p. 171.

⁵ Guilhermino Cesar, *O Contrabando no Sul do Brasil*, pp. 19-21.

⁶ Elena F. S. Studer, *La Trata de Negros en el Río de la Plata*, p. 226.

⁷ Walter F. Piazza, *O Brigadeiro José da Silva Paes, Estruturador do Brasil Meridional*, p. 106.

Além de servir como mercadoria no comércio com os espanhóis, os escravos desempenharam um importante papel como mão-de-obra em diversas atividades na Colônia do Sacramento, entre as quais a agricultura parece ter sido a principal delas. Porém, mais uma vez, as fontes poucas vezes fazem referência direta ao trabalho dos escravos, já que somente tomamos conhecimento da sua presença através dos relatos das investidas dos espanhóis. Simão Pereira de Sá nos informa sobre a devastação que, durante o governo de Gomes Barbosa, a cavalaria espanhola causou num grupo de mercadores que supervisionavam o trabalho dos seus escravos numa lavoura situada a três léguas da praça.⁸ Silvestre Ferreira da Silva citava entre os prejuízos do sítio espanhol a perda de “*quarenta e seis pretos, escravos grandes lavradores*”.⁹

Junto a seus senhores portugueses, os escravos sofriam os riscos decorrentes das incursões hispano-indígenas, especialmente por ocasião das idas à campanha para a extração de couros. Nos freqüentes ataques espanhóis às expedições portuguesas que se afastavam de Colônia, a fim de caçar o gado selvagem que constituía a principal riqueza da região, muitos cativos foram confiscados junto com couros e as carroças que os transportavam. Segundo Pereira de Sá, nos primeiros tempos da administração de Antônio Pedro de Vasconcelos, um alferes e dez soldados espanhóis capturaram sete carroças e quatorze escravos de propriedade de Cristóvão Pereira de Abreu. Como alguns negros escaparam e, chegando a Colônia, deram notícia do ocorrido ao seu senhor, este partiu no encalço dos espanhóis com oito homens, conseguindo reaver seus bens após pôr em fuga os inimigos.¹⁰

Em 1727, os espanhóis tomaram aos portugueses treze carros carregados de couros, sendo que o governador de Buenos Aires somente restituiu os sete negros que os guiavam.¹¹ Quando, porém, a mesma situação voltou a repetir-se em 1733, com o confisco de setenta carros carregados de couro, o governador não procedeu à devolução dos escravos.¹² A atitude das autoridades espanholas variava conforme o momento político, passando da cooperação, quando as duas Coroas estavam em harmonia, para a negação de qualquer pedido, quando as relações luso-espanholas

⁸ Simão Pereira de Sá. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento*, pp. 55-56.

⁹ Silvestre Ferreira da Sylva. *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento*, p. 106.

¹⁰ Simão Pereira de Sá, op. cit., p. 57.

¹¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 07 de fevereiro de 1728. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.26, f. 41.

¹² Consulta do Conselho Ultramarino de 05 de setembro de 1733. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.26, ff. 195-195v.

eram marcadas pela tensão, cuja origem podia encontrar-se na política da metrópole ou mesmo na salvaguarda dos interesses dos habitantes de Buenos Aires.

Talvez por causa de tantos perigos, os portugueses fizessem grande uso de mão-de-obra escrava na extração dos couros, o que também é sinal de que esse era um negócio altamente rentável somente para os que dispusessem de cabedal suficiente para investir em escravos para a mão-de-obra necessária e em carretas, cavalos e bois para o transporte. Mas, se os escravos viviam numa área onde o medo de um ataque inimigo constituía-se numa preocupação cotidiana, um conflito hispano-português podia ser a desejada ocasião de fuga, caso fosse possível aproveitar a confusão do momento.

Nos períodos em que a permanente tensão afrouxava e havia uma maior colaboração entre as autoridades luso-espanholas, ficava mais difícil para os negros a resistência contra a escravidão através da fuga, como aconteceu em 1725, quando Antônio Pedro de Vasconcelos escreveu ao rei dizendo-lhe que conseguira que o governador de Buenos Aires restituísse os escravos que haviam fugido de Colônia e foram capturados pelos espanhóis.¹³ Por vezes, a resistência atingiu um desesperado grau de violência, como aconteceu em fevereiro de 1730, quando Bernardo e Antônio de Freitas foram assassinados por seus escravos.¹⁴

Além da presença marcante na agricultura e na extração e transporte de couros, o trabalho escravo foi muito utilizado nos serviços domésticos e mesmo em trabalhos especializados. Em outubro de 1735, o governador Vasconcelos escrevia ao rei informando-o da chegada dos dois mestres curtidores negros que mandara vir de Pernambuco para trabalharem no curtume que pretendia instalar nas imediações do povoado.¹⁵

Parece que os escravos condenados ao degredo em Colônia passavam para a propriedade do Estado, como aconteceu a um alfaiate negro chamado Sebastião, o qual foi alugado pelo governador ao mestre João Ribeiro e o valor do aluguel contabilizado entre as receitas da Fazenda Real na Colônia do Sacramento.¹⁶

¹³ Consulta do Conselho Ultramarino de 25 de janeiro de 1726. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.21, f. 346v.

¹⁴ Aníbal M. Riveros Tula. "Historia de la Colonia del Sacramento", p. 164. Infelizmente o autor não dá maiores detalhes do ocorrido e não faz referência alguma à fonte que pesquisou.

¹⁵ Antônio Pedro de Vasconcelos ao rei, 27 de fevereiro de 1735. *Arquivo Histórico Ultramarino: Colônia do Sacramento*, cx. 3, doc. 303.

¹⁶ Antônio Pedro Vasconcelos ao rei, 18 de fevereiro de 1734. *Arquivo Histórico Ultramarino: Colônia do Sacramento*, cx. 3, doc. 277.

Em 1722, a população escrava de Colônia era de 204 homens e 90 mulheres;¹⁷ em 1726, atingia o número total de 387¹⁸ que, em 1730, subiu para 687.¹⁹ O aumento do número de escravos no decorrer dos anos relacionava-se com o constante desenvolvimento agrícola, pecuário e comercial da Colônia do Sacramento.

Durante o sítio de 1735-1737, os escravos foram armados e chamados para auxiliar seus senhores a defender a povoação. Foi o caso dos cativos do escrivão da Fazenda Real em Colônia, Caetano do Couto Veloso que, com seu filho e dez escravos de sua propriedade, apresentaram-se ao governador para ajudar a reconstruir a muralha. Os trabalhos estenderam-se por seis meses, durante os quais Couto Veloso ainda recebeu a incumbência de defender o baluarte da bandeira com seus escravos armados de espingardas e chuços. Mais tarde, o mesmo foi transferido para o porto, onde continuou o serviço com “os seus dez escravos que a todas as funções o acompanhavam, fazendo rondas e sentinelas por toda aquela parte”.²⁰

Silvestre Ferreira da Sylva relacionou os negros que ajudaram a guarnecer a praça, sem identificar se eram escravos ou não. Nos baluartes de Santo Antônio e no de São João estavam a postos “alguns pretos de préstimo para o manejo da lança e da artilharia do dito baluarte”. Na bateria de Santa Rita, quatro negros cuidavam da artilharia e na bateria de São Pedro de Alcântara, estão relacionados mais sete negros. Curiosamente, Ferreira da Silva omitiu a presença dos escravos na defesa da zona portuária, a qual foi encarregado de defender, referindo-se somente a “cem homens avulsos”,²¹ enquanto Simão Pereira de Sá escrevia que “a mais parte da mencionada Marinha, guarnecia uma numerosa companhia de escravos a cargo de Silvestre Ferreira da Sylva”.²² Nessa companhia encontravam-se os cativos do escrivão de Colônia, pois Sá acrescentava que nela serviam de oficiais Caetano do Couto Veloso, Pedro Lobo Botelho e Clemente da Silva Pais.

Os escravos continuavam a ter os piores serviços mesmo em tempo de guerra. Em 15 de novembro, o governador mandou que Couto Veloso juntasse seus homens às tropas do capitão Pedro Lobo, “compostas de sessenta homens pretos”

¹⁷ “Mapa geral...” 24 de outubro de 1722. *Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército*, S-RS-07.05.1627.

¹⁸ Antônio Pedro de Vasconcelos ao rei, 13 de maio de 1726. *Arquivo Histórico Ultramarino*: Colônia do Sacramento, cx. 2, doc. 165.

¹⁹ Antônio Pedro de Vasconcelos ao rei, 5 de abril de 1730. *Arquivo Histórico Ultramarino*: Colônia do Sacramento, cx. 2, doc. 220.

²⁰ “Certificados referentes a los servicios y méritos funcionales de Caetano de Couto Vellozo...” *Archivo Regional de Colonia*. Reg. 217, 38 T5, doc. 3, f. 23.

²¹ Silvestre Ferreira da Sylva, op. cit., pp. 51-66.

²² Simão Pereira de Sá, op. cit., p. 79.

para que, numa perigosa expedição, saíssem do recinto fortificado para demolir o que restava das construções extramuros a fim de fornecer madeiras para a confecção de plataformas para a artilharia da praça.²³ Algum tempo depois, todo o esquadrão de negros e uma parte da infantaria passaram quatro noites tapando a brecha que o fogo inimigo, somado às chuvas constantes, havia aberto na muralha. Expostos à chuva e ao perigo de um ataque inimigo, os escravos cumpriram sua missão na defesa da praça.²⁴

Os espanhóis procuraram tirar vantagem da presença dos escravos entre os defensores de Colônia, oferecendo-lhes a liberdade caso desertassem e passassem para os domínios do rei Católico. O governador Vasconcelos também buscou favorecer a deserção entre as fileiras inimigas, porém não prometia nada aos escravos, dizendo que *“não disputa aos escravos a fuga do domínio de seus senhores, por ser contra a moral cristã”*.²⁵ Ou seja, apelava-se para princípios religiosos a fim de salvaguardar a propriedade privada. Com certeza os portugueses não deixaram de se utilizar da contrapropaganda, como fizeram durante o cerco de 1705, quando o governador Veiga Cabral mandou espalhar o boato de que o governador de Buenos Aires queria reduzir toda a população sitiada à condição de prisioneiros e se apoderar dos seus escravos, escravizando também os negros e mulatos livres.²⁶

A mobilização dos escravos negros para atuar na defesa das comunidades portuguesas em momentos de perigo foi bastante comum nos domínios ultramarinos, especialmente na Ásia portuguesa, onde tiveram importante participação no rechaçamento de um ataque persa em Ormuz (1622) e na defesa de Macau contra os holandeses no mesmo ano. Segundo Boxer, *“os portugueses confiavam muito mais nas qualidades guerreiras dos seus escravos africanos do que qualquer das outras nações colonizadoras européias”*.²⁷ Entretanto, segundo esse mesmo autor, continuava a existir um forte preconceito racial que impedia a integração entre brancos e negros no exército, no qual, apesar de servirem lado a lado, persistia a política discriminatória. Apesar da vontade da Coroa em favorecer a integração, como na repreensão do governador Sebastião da Veiga Cabral, que havia recusado alguns

²³ “Certificados referentes a los servicios y méritos funcionales de Caetano de Couto Vellozo...” *Archivo Regional de Colonia*. Reg. 217, 38 T5, doc. 3, f. 27.

²⁴ “Certificados referentes a los servicios y méritos funcionales de Caetano de Couto Vellozo...” *Archivo Regional de Colonia*. Reg. 217, 38 T5, doc. 3, f. 29.

²⁵ Silvestre Ferreira da Sylva, op. cit., pp. 72-75.

²⁶ “Relación del sitio, toma y desalojo de la Colonia...” Lima, 1705, in: *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, tomo VI, p. 205.

²⁷ C. R. Boxer, *O Império Colonial Português*, p. 288.

recrutas por serem mulatos, a discriminação não deixava de ser institucional, pois a preferência no soldo e na promoção era sempre dada ao militar branco.²⁸

O trabalho indígena

Ao contrário dos escravos africanos, que eram propriedade de particulares, mas que poderiam ser postos a serviço do bem público em situações de emergência, como durante um cerco inimigo, a mão-de-obra indígena era controlada diretamente pelo governador, uma vez que a escravização dos índios era proibida pelo rei. Requisitados aos aldeamentos da Coroa, os índios foram presença constante nas obras públicas de Colônia, principalmente na construção das fortificações.²⁹

D. Manuel Lobo partira de Lisboa com um regimento que deveria seguir ao proceder à fundação da Colônia do Sacramento. Dentre as inúmeras instruções recebidas, muitas regulamentavam as futuras relações entre os portugueses e os indígenas platinos, bem como providenciavam a sua conversão ao catolicismo.

O primeiro passo a ser dado na conversão do “gentio” deveria ser a conquista de sua confiança, através da entrega de presentes e da proposta de aliança contra seus inimigos. Logo deveria dar-se início ao aldeamento dos índios, que deveriam ser governados pelo seu cacique no temporal e pelo pároco no espiritual. Os indígenas que se recusassem a se submeter a este sistema, mantendo, contudo amizade e comércio com os portugueses deveriam ser protegidos pelo governador de qualquer hostilidade que partisse dos seus subordinados.³⁰

O rápido fim do empreendimento de D. Manuel Lobo que, devido ao ataque dos espanhóis e guaranis, durou somente sete meses, impediu a aplicação do plano reducionista exposto no regimento. Embora as relações entre os portugueses e os indígenas platinos não aldeados geralmente se mostrassem amistosas, marcadas pela troca de alimentos por mercadorias, é difícil crer que os mesmos se submetessem ao aldeamento agrícola proposto pelos portugueses, pois já haviam rechaçado semelhante tentativa feita pelos frades espanhóis em princípios do século XVII.

²⁸ C. R. Boxer, *O Império Colonial Português*, p. 297.

²⁹ A mão-de-obra indígena também era frequentemente requisitada pelos governadores de Buenos Aires para trabalhar nas obras de fortificação da cidade. Cf. Eduardo Neumann, *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial*, pp. 113-145.

³⁰ O Regimento de D. Manuel Lobo (1678), in: Luís Ferrand de Almeida. “Origens da Colônia do Sacramento”, in: *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXIX, p. 119-120.

Contudo, desde a fundação da fortaleza, em 1680, os governadores utilizaram o braço indígena como um auxiliar indispensável no desenvolvimento da Colônia do Sacramento. Jorge Soares de Macedo levava consigo duzentos índios flecheiros e arcabuzeiros, retirados dos aldeamentos paulistas, na sua malograda expedição de fundação.³¹ D. Manuel Lobo levou consigo setenta e seis índios dos aldeamentos fluminenses de Cabo Frio e São Barnabé, entre homens, mulheres e crianças,³² aos quais depois se acrescentaram mais trinta, dos que haviam sido levados à ilha de Santa Catarina por Jorge Soares de Macedo.³³

Em 1689, ainda no governo interino do Rio de Janeiro, o futuro governador de Sacramento, D. Francisco Naper de Lencastre, enviou alguns casais de índios para o serviço da praça.³⁴ Dois anos depois, o total dos índios e escravos em Colônia ultrapassava o número de trezentos indivíduos, entre homens, mulheres e crianças.³⁵ Logo no início do seu governo, em 1699, Sebastião da Veiga Cabral pediu o envio de sessenta índios do Rio de Janeiro para trabalhar na restauração das muralhas, pois considerava impossível dar início à obra só com o trabalho dos soldados que, além do serviço militar, tinham de garantir o próprio sustento. Também pesavam razões econômicas, pois os soldados não faziam o serviço por menos de um tostão diário, enquanto que aos índios se costumava dar a metade desse valor.

O governador do Rio, Artur de Sá e Meneses, era favorável ao envio de índios retirados de várias povoações, desde Pernambuco até o Rio de Janeiro, para a criação de uma aldeia nas proximidades de Sacramento, onde o governador e os particulares poderiam se utilizar dos seus serviços mediante pagamento. A Coroa aprovou a medida, mas recomendou que não fossem enviados índios de Pernambuco, devido à longa distância da viagem e também às dificuldades previstas na adaptação dos indígenas ao clima sulino. Ordenou então que as capitânicas do sul se encaragassem de prover Colônia dos índios requisitados. Porém, desta vez, quem se opôs foi Sá e Meneses, argumentando que os índios de São Paulo eram práticos no sertão e poderiam facilmente desertar e voltar para casa. Então a Coroa ordenou ao

³¹ Afonso de E. Taunay, *História Geral das Bandeiras Paulistas*, tomo IV, p. 155.

³² Jorge Soares de Macedo ao governador Duarte Teixeira Chaves, 6 de março de 1683, in: Luís Ferrand de Almeida. *A Diplomacia Portuguesa e os limites Meridionais do Brasil*, p. 486.

³³ Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*, p. 297.

³⁴ Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa...* op. cit., pp. 246 e 251.

³⁵ Luís Ferrand de Almeida, "Casais e Lavradores na Colônia do Sacramento", p. 25.

governador-geral para que enviasse alguns índios da Bahia, mas em 1702, desistiu desse projeto.³⁶

Como as demoradas consultas entre a Coroa e os governadores não levaram a nenhum resultado positivo, o governador Sebastião da Veiga Cabral queixou-se de que dos sessenta índios pedidos ao governador do Rio de Janeiro só lhe foram enviados seis, os quais, por sua vez, acabaram fugindo por não terem sido acompanhados por suas mulheres ao estabelecimento platino.³⁷ É de se ressaltar que as freqüentes requisições de indígenas para os serviços pessoais, expedições e o envio de considerável número de índios para as minas acabou por exaurir muitos aldeamentos, tornando a mão-de-obra indígena cada vez mais difícil de ser agrupada.³⁸

Na reconstrução de Sacramento, voltou-se a utilizar a mão-de-obra indígena. Numa carta escrita em janeiro de 1718, o governador Manuel Gomes Barbosa informava à Coroa de que devia um ano de soldo aos vinte índios empregados no serviço real. Como os demais habitantes de Colônia na mesma época, os indígenas viviam então com dificuldade, pois o governador explicava que dos vinte, “*sempre se acham seis [ou] sete doentes, e todos andam nus*”.³⁹ Alguns meses depois, devem ter chegado mais alguns índios, pois em abril, Gomes Barbosa fez referência a trinta e dois “*índios que se acham nesta Colônia para o trabalho*”.⁴⁰

Seu sucessor, Antônio Pedro de Vasconcelos, voltou a pedir a vinda de casais de índios de Pernambuco à Coroa, em 1722, para que trabalhassem nas obras das fortificações e ajudassem a repelir os ataques dos índios missionários.⁴¹ Nesse ano, a população indígena de Colônia era composta de 45 homens e 16 mulheres.⁴² Embora não tenhamos notícia do embarque de um grande número de indígenas da costa brasileira para a Colônia do Sacramento, tudo indica que era contínuo o envio de pequenos grupos para o pequeno estabelecimento português às margens do Rio da Prata.

³⁶ Luís Ferrand de Almeida, *A Colônia do Sacramento...* op. cit., pp. 63-64.

³⁷ Carta régia a Sebastião da Veiga Cabral, 22 de outubro de 1699, in: Luís Ferrand de Almeida, *A Diplomacia Portuguesa...* op. cit., p. 560.

³⁸ Pasquale Petrone, *Aldeamentos Paulistas*, pp. 185-189.

³⁹ Manuel Gomes Barbosa ao rei, 6 de janeiro de 1718. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 38.

⁴⁰ Mapa do terço da Colônia do Sacramento, 16 de abril de 1718, in: *Documentos Históricos*, vol. LXXI, p. 33.

⁴¹ Consulta do Conselho Ultramarino de 8 de junho de 1723. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.21, ff. 173-178.

⁴² “Mapa geral...” 24 de outubro de 1722, *Mapoteca do Arquivo Histórico do Exército*, S-RS-07.05.1627.

São poucas as referências aos aldeamentos de onde provinham os índios enviados para Sacramento. Tudo leva a crer que, na maioria das vezes, eram recrutados nas capitanias do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1724, o governador do Rio fazia referência a seis índios que mandara embarcar para Colônia.⁴³ No ano seguinte, um bando do governador de São Paulo ameaçava as índias que “*procuraram ficar desembaraçadas por viverem em escândalo*” com o degredo em Colônia, castigo a que também estaria sujeita “*toda aquela pessoa que as desinquietar, e concorrer para semelhante efeito*”.⁴⁴

Em 1730, continuam as referências acerca do trabalho dos índios, pois, nessa data, o governador Vasconcelos escrevia ao rei sobre a necessidade de reparar as fortificações, tarefa que seria facilitada pelo baixo preço dos materiais e pela presença de mão-de-obra constituída por um engenheiro, pelo Terço de infantaria e muitos índios.⁴⁵ No ano seguinte, o padre Diogo Soares insistia sobre o assunto, informado à Coroa que a reconstrução da muralha seria de pouca despesa para a Fazenda Real, já que, além da abundância de pedra e cal, a mão-de-obra indígena era muito barata.⁴⁶

Apesar da legislação portuguesa proibir a imposição do trabalho escravo aos indígenas, obrigando a quem se utilizasse dos seus serviços o pagamento de um salário, isso raramente acontecia. No caso específico da Colônia do Sacramento, onde a mão-de-obra indígena era essencialmente utilizada pelos governadores nas obras públicas, os índios eram sempre os últimos a receber seus salários. Logo depois da sua posse, Vasconcelos empenhou-se em garantir o pagamento dos soldos atrasados da guarnição, pagando todos os meses, três dos atrasados. Contudo, os índios não foram incluídos no esforço do governador, pois em 1724, pagaram-se 15 meses de salários em atraso e, em 1726, mais 19.⁴⁷ Evidências indicam que a situação dos indígenas não era muito diversa da dos escravos africanos, pois também podiam ser “alugados” por determinado tempo a particulares, como de fato ocorreu em julho de

⁴³ Portaria de Aires de Saldanha, 25 de outubro de 1724. *Arquivo Nacional do Rio de Janeiro*, cód. 60, vol. 14, ff. 81v.-82.

⁴⁴ Bando de Rodrigo César de Meneses, 17 de março de 1725, in: *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, vol. XIII, pp. 56-57.

⁴⁵ Consulta do Conselho Ultramarino de 2 de março de 1732. *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Arq. 1.1.26, ff. 147v.-151.

⁴⁶ Diogo Soares ao rei, 27 de junho de 1731, in: Jonathas C. Rego Monteiro. *A Colônia do Sacramento*, vol. 2, p. 81.

⁴⁷ Antonio Pedro Vasconcelos ao rei, 4 de junho de 1727. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, cx. 2, doc. 177.

1729. Nessa ocasião, o valor pago por seus serviços reverteu para a Fazenda Real e não para os trabalhadores.⁴⁸

A exemplo dos soldados, a principal forma de resistência dos índios ao trabalho forçado era a fuga. Por vezes tentou-se apelar à Coroa com a ajuda dos jesuítas, como aconteceu já nos primeiros tempos do estabelecimento dos portugueses no Rio da Prata, quando, através do padre jesuíta Luís de Andrade, os índios queixaram-se das duras condições de vida a que estavam submetidos. Por sua vez, o governador alegou que os indígenas não tinham motivo de queixa, pois o mesmo os assistia regularmente com alimentos e vestuário e, quando não havia provisões suficientes no armazém, oferecia-lhes dinheiro para que comprassem o que necessitassem. Alegação esta que contraria as repetidas informações que o próprio Manuel Gomes Barbosa continuamente enviava à Coroa sobre a dificuldade de receber suprimentos e dinheiro do Rio de Janeiro, situação que dificultou o desenvolvimento de Colônia durante sua administração.

Por sua vez, Gomes Barbosa acusou o padre Luís de não cumprir sua obrigação de “evitar as fugas e desordens que podiam haver”, pois, conhecendo um plano de fuga elaborado pelos índios, não lhe avisou do que estava sendo planejado. Contudo, depois de cinco dias de buscas, um destacamento militar trouxe os fugitivos à praça, onde foram postos em grilhões. Pouco depois, uma nova tentativa de fuga, protagonizada por seis índios, foi bem sucedida.⁴⁹

Não era fácil encontrar os indígenas que fugiam, internando-se na campanha. Em 1728, um destacamento de cinco soldados procurou durante vinte dias quatro índios tapes que fugiram do serviço nas obras reais. Se a procura não deu o resultado previsto, um índio que havia desertado há mais tempo teve a má sorte de ser encontrado pela patrulha, que assim evitou voltar à praça de mãos vazias.⁵⁰

⁴⁸ Antonio Pedro Vasconcelos ao rei, 29 de julho de 1729. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Colônia do Sacramento, cx. 2, doc., 215.

⁴⁹ Manuel Gomes Barbosa ao rei, 27 de dezembro de 1719. *Arquivo Histórico Ultramarino* Colônia do Sacramento, cx. 1, doc. 60.

⁵⁰ Consulta do Conselho Ultramarino de 21 de fevereiro de 1736. *Arquivo Histórico Ultramarino*, Rio de Janeiro, cx. 39, doc. 9061.

FONTES IMPRESSAS

Campaña del Brasil - Antecedentes Coloniales. Documentos referentes a la guerra de la independencia y emancipación política de la República Argentina y de otras secciones de América. Segunda série, dirigida por Carlos Correa Luna. Buenos Aires: Archivo General de la Nación, 1931, tomo 1 (1535-1749).

MURATORI, Lodovico Antonio. *Il Cristianesimo Felice nelle Missioni de' Padri della Compagnia di Gesù nel Paraguai*. Venezia: Giambatista Pasquali, 1743.

Regimento de D. Manuel Lobo (1678). In: ALMEIDA, Luís Ferrand de. "Origens da Colônia do Sacramento". *Separata da Revista da Universidade de Coimbra*. Coimbra, vol. XXIX, pp. 101-128, 1981.

"Relación del Sítio, toma y desalojo de la Colonia nombrada del Sacramento, en que se hallavan los Portugueses desde el año 1680, en el Río de la Plata a vista de las islas de S. Gabriel". *Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Montevideo, tomo VI, nº 1, pp. 197-206, 1928.

SÁ, Simão Pereira de. *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento do Rio da Prata* [1737]. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

SYLVA, Silvestre Ferreira da. *Relação do Sítio da Nova Colônia do Sacramento*. Facsímile da edição de 1748. Porto Alegre: Arcano 17, 1993.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Diplomacia Portuguesa e os Limites Meridionais do Brasil (1493-1700)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1957, vol. 1.

_____. *A Colônia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.

_____. "Casais e Lavradores na Colônia do Sacramento (1680-1705)". *Revista Portuguesa de História*. Coimbra, tomo XXX, 1995, pp. 9-36.

AZAROLA GIL, Luis Enrique. *La Epopeya de Manuel Lobo* (seguida de una crónica de los sucesos desde 1680 hasta 1828 y de una recopilación de documentos). Madrid: Compañía Ibero-Americana de Publicaciones, 1931.

BOXER, Charles Ralph. *O Império Colonial Português (1492-1825)*. Tradução de Inês Silva Duarte. Lisboa: Edições 70, 1981.

CESAR, Guilhermino. *O Contrabando no Sul do Brasil*. Caxias do Sul: UCS; Porto Alegre: EST, 1978.

MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Globo, 1937.

NEUMANN, Eduardo. *O Trabalho Guarani Missioneiro no Rio da Prata Colonial (1640-1750)*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1996.

PETRONE, Pasquale. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo: Edusp, 1995.

PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro da Silva Paes, Estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: UFSC, 1988.

RIVEROS TULA, Anibal M. “Historia de la Colonia del Sacramento, 1680-1830”. *Apartado de la Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Montevideo, tomo XXII, 1959.

STUDER, Elena F. S. *La Trata de Negros en el Río de la Plata*. Buenos Aires: Libros de Hispanoamérica, 1984.

TAUNAY, Affonso de E. *História Geral das Bandeiras Paulistas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1946.

VILLALOBOS, R. Sergio. *Comércio y Contrabando en el Río de la Plata y Chile*. Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1965.